

EMPREGO E RENDA: o processo participativo como instrumento para o desenvolvimento regional

Mario Pires de Almeida Olivette¹
Elizabeth Alves e Nogueira²
Nilda Tereza Cardoso de Mello³

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem grande capacidade de gerar emprego e distribuir renda. Enquanto a agricultura empresarial emprega uma pessoa a cada 60 hectares, a familiar necessita de apenas 9 hectares para gerar o mesmo emprego (EMBRAPA, 1998). Isso é verdadeiro quando se considera que a propriedade familiar ocupa pequenas áreas e explora atividades ou utiliza sistemas produtivos intensivos em mão-de-obra, especialmente quando se fala em fruticultura, hortaliças, floricultura e criação de pequenos animais, por exemplo. Constitui-se numa categoria de produtores considerada como importante agente, nos estudos recentes sobre a agricultura brasileira, quando são discutidas também questões sobre segurança alimentar, desenvolvimento local e sustentável (FAO, 1999).

A agropecuária de base familiar pode, ainda, ocupar espaço no mercado com produtos diferenciados, agregando-lhes valor a partir do uso de tecnologias adequadas e com novas estratégias de acesso ao mercado, que vão de encontro aos anseios do consumidor atual. A qualidade e a produtividade são parâmetros essenciais para sua competitividade e manutenção no mercado.

A concepção de produção auto-sustentada, que se ajusta aos moldes do sistema familiar, procura viabilizar o uso prático dos recursos naturais, mantendo ou aprimorando os ganhos econômicos, de modo que essa produção se direcione ao atendimento das necessidades sociais mais relevantes, devendo trazer na sua essência

a capacidade de persistir no tempo para atender às demandas próprias, de mercado e das futuras gerações, ou seja, conservando sua capacidade produtiva.

FLORES et al. (1991) salientam que a idéia central em relação à agricultura auto-sustentável é a do uso de tecnologias próprias às condições do ambiente regional e mesmo local, e da previsão e prevenção dos impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais. Nesse sentido, é garantir que os agroecossistemas sejam produtivos e rentáveis ao longo do tempo, conseguindo para tanto uma certa estabilidade dos fatores de produção, os quais nem sempre são facilmente manejáveis, pois são influenciados pelo mercado por aspectos sociais e culturais e pelas condições climáticas características de cada realidade regional.

Essa agricultura prevê altos níveis de produtividade, sendo para isso necessário o desenvolvimento e o emprego de tecnologias, que levem a uma relação benefício/custo favorável. Dessa maneira, na atualidade, os sistemas de produção devem ser viáveis, tanto em termos agrônômicos/econômicos como em termos sociais - emprego, renda e qualidade de vida - além dos ecológicos, na apresentação de produtos "limpos" - livres de agrotóxicos e preservando o meio ambiente. FLORES et al. (1991) argumentam ainda que a pesquisa que não considerar a sustentabilidade da produção agrícola estará condenada a proscrição como inaceitável ao futuro da humanidade.

Nesse contexto, a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável com base na geração de emprego, renda e equidade social exige uma nova forma de ação dos agentes sociais - públicos e privados. Trata-se de um exercício da democracia que, apesar de lento, é um processo contínuo, exigindo a perseverança de todos para que as mudanças se concretizem (FLORES e MACÊDO, 1999).

¹Geógrafo, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Economista, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

Como estratégia básica para o desenvolvimento local e da agricultura familiar há que se garantir o envolvimento dos atores sociais locais e seu comprometimento com a sustentabilidade de seu território local. A gestão participativa vai além dos limites geográficos municipais, quando se incorporam as variáveis de meio ambiente e de desenvolvimento. A união dos municípios, visando a solução de problemas e defesa de interesses comuns, tende a aumentar a probabilidade de sucesso no atendimento de reivindicações populares junto às instâncias superiores. O desenvolvimento deve ser, prioritariamente, um processo de reconstrução social, de "baixo para cima", com a participação efetiva da sociedade local, complementando as políticas públicas mais gerais com vistas às ações local/regional (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

O processo participativo leva à conscientização cada vez maior da população. O envolvimento da comunidade é fundamental para o atendimento das necessidades sócio-espaciais, mediante a demanda por serviços prestados pelas instituições públicas ou privadas, como, por exemplo, políticas agrícolas, ampliação do conhecimento científico, reorientação tecnológica e geração de recursos humanos capacitados para a difusão de processos produtivos, de modo a manter as especificidades regionais.

O acirramento da competição internacional recente tende a piorar a situação de pequenos produtores e trabalhadores rurais de algumas regiões, levando à expulsão de parcela desse contingente do campo para as cidades. O desafio para que essas categorias permaneçam no setor rural está na identificação de tecnologias que possam aprimorar o uso dos recursos disponíveis, principalmente os mais abundantes e baratos, buscando alcançar maior volume de produção e qualidade, novas alternativas econômicas, procedimentos que agreguem valor à produção agropecuária, além da organização desses agricultores, criando mecanismos que melhorem a geração de emprego e renda pelo acesso aos mercados.

Especificamente na região de estudo - sudoeste paulista - a obtenção de maiores níveis de competitividade da agropecuária de base familiar aliada à sustentabilidade do meio ambiente, através da geração, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas a esses sistemas, permitirão superar os desequilíbrios sócio-econômicos nela presentes.

2 - ÁREA DE ESTUDO

Este trabalho é parte integrante do projeto PRONAF-Pesquisa (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar), tendo como região de estudo o sudoeste do Estado de São Paulo, aqui composta pelos seguintes municípios: Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Itapetininga, Ribeirão Grande, Ibiúna, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora e Tapiraí, onde a base econômica é predominantemente agrícola, cuja produção está mais voltada ao mercado interno de alimentos básicos, da horticultura, fruticultura e floricultura, além da grande expressão de áreas em pastagens e de reserva natural, com forte presença de pequenos agricultores ocupando áreas reduzidas e desigual distribuição da posse e da propriedade da terra (NOGUEIRA, 1999).

A região sudoeste apresenta considerável atraso econômico em relação à maioria das regiões do Estado. As características de sua dinâmica regional apontam para as dificuldades em participar efetivamente das funções econômicas, sejam industriais ou agrícolas (GONÇALVES e SOUZA, 1993). Foi escolhida pela importante presença da agricultura familiar relativamente às demais regiões paulistas. Acrescente-se, ainda, que ela possui considerável parcela de municípios - 25 % do total do Estado - contemplados pelo PRONAF-Infra-estrutura, além de significativa participação no PRONAF-Crédito.

Os dados obtidos pelo Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (PINO et al., 1997), realizado pelo Instituto de Economia Agrícola e pela Coordenadoria de Assistência Técnica (IEA/ CATI), mostram a importância da mão-de-obra familiar na região estudada. Os nove municípios aqui considerados compreendem 8.505 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), sendo que 6.507 dessas unidades ocupam mão-de-obra familiar, ou seja, 77% das UPAs, envolvendo 16.050 pessoas. Destaque para os municípios de Salto de Pirapora, Pilar do Sul, Ribeirão Grande e Piedade, cujas UPAs com trabalhadores familiares representam, respectivamente, 94%, 92%, 90% e 87% do total.

As UPAs que detêm mão-de-obra familiar nos municípios estudados têm a característica de pequena produção. O município de Ibiúna, por exemplo, possui 97% dessas UPAs incluídas nos estratos de até 50 hectares de área. Nos demais, esse percentual varia de 72% a 93%. Ressalte-se que, segundo FAO (1994), existem dois estratos

de área para a agricultura: de 20 a 100ha para agricultura familiar e de 500 a 1.000ha para a patronal, porém para evitar superestimação adotaram-se neste estudo propriedades familiares com 50ha ou menos.

Quanto à ocupação do solo, nas UPAs que possuem mão-de-obra familiar, tem-se a predominância de áreas de pastagem, de culturas anuais: horticultura, floricultura e cereais - como cultivos solteiros ou combinados, especialmente de feijão e milho, além de expressiva presença da vegetação natural, em todos os municípios estudados. Na área de pastagem destacam-se os bovinos de uso misto, seguidos da bovinocultura de leite e de corte e a equinocultura. Ainda com relação às criações observa-se grande número de suínos e aves (postura e corte) e de outros pequenos animais: caprinos, ovinos, etc.

3 - OBJETIVOS

O trabalho tem como meta central elaborar um diagnóstico regional participativo para identificação de problemas e das soluções que consolidem o papel da agricultura familiar no cenário regional e estadual. Tem como propósito principal contribuir para o aumento de renda e geração de empregos a partir da avaliação de novas oportunidades na economia de mercado e do aprimoramento das atividades regionais já consolidadas, direcionando para o desenvolvimento sustentado.

4 - METODOLOGIA

Como se trata de um estudo envolvendo aspectos regionais da agricultura familiar foi necessário realizar algumas adaptações ao uso das técnicas participativas, de modo a estimular uma parcela maior da comunidade. No diagnóstico rural realizado para o sudoeste paulista, o grupo de participantes selecionado foi propositadamente heterogêneo, dado que se trata de uma região com exploração agropecuária bastante diversificada e que exigia a presença de um público envolvido com os mais diferentes ramos de atividades, porém com interesses regionais comuns. Nesse processo foram convidados agricultores familiares, pesquisadores, extensionistas e outros representantes de órgãos públicos e privados afins.

Assim, para uma leitura ampla da realidade dos agricultores familiares na abordagem

de seus principais problemas, especialmente os relativos aos sistemas produtivos, foi utilizada uma combinação de métodos participativos para facilitar as decisões e propostas de ação de ordem pública e privada (MUZILLI, 1997; RIBEIRO et al., 1997).

Como procedimento adotaram-se as seguintes etapas: a) apresentação, motivação e agrupamento dos participantes buscando a heterogeneidade em cada grupo, porém com a predominância de produtores familiares; b) identificação dos problemas pelo uso das técnicas de *Brain storm* e *Zoop* (FARRINGTON e MARTIN 1993; GTZ, 1987), nas quais cada participante - espontaneamente e sem interferência dos demais - pôde levantar os fatores negativos com relação às suas atividades produtivas e à região e realizar uma priorização dos cinco principais; c) agrupamento dos problemas comuns apontados e distribuição desses, de acordo com uma prévia classificação pelos moderadores, entre problemas de ordem tecnológica/técnica, econômica, social e política, ocasião em que os participantes tiveram a oportunidade de discutir com seu respectivo grupo; d) identificação das soluções em que cada participante - individualmente - listou cinco medidas possíveis de adoção; e) agrupamento das soluções comuns apontadas, segundo a visão de cada grupo; e f) apresentação dos grupos quanto aos resultados obtidos.

Em cada um dos municípios onde se realizou o diagnóstico participativo, reservou-se, no encerramento, espaço para uma discussão geral sobre a confluência/divergência das opiniões, como forma de sensibilizar os diversos representantes da comunidade quanto ao grau de atuação de cada categoria e às reivindicações necessárias nas propostas de ações regionais.

5 - RESULTADOS

A partir das reuniões junto à comunidade, os resultados preliminares indicam alto grau de convergência dos pontos críticos e das soluções levantadas entre os produtores e as lideranças locais participantes do processo. O grau de concordância abrange igualmente todos os municípios envolvidos no estudo. Porém, os produtores familiares rurais salientam algumas questões mais próximas de sua realidade, ou seja, situações específicas vividas por eles e pouco consideradas como problemas relevantes pelos técnicos.

Entre as aspirações do dia a dia mais

salientadas pelos agricultores pode-se destacar, como questões de natureza social, as melhorias na perspectiva de vida relativas à: educação e profissionalização (escola agrícola para jovens e adultos); infra-estrutura básica nos bairros rurais, como instalação de telefone público, transporte, habitação, postos de atendimento médico-hospitalar, saneamento básico, creches e melhorias nas condições de escola para os seus filhos; e união dos agricultores como fator essencial para conquistas como grupo social.

Os problemas de ordem econômico-política de maior peso entre produtores e técnicos foram referentes à: insuficiência de recursos financeiros destinados tanto à produção como à comercialização e armazenagem - como exemplo, para a criação de centros de comercialização e de embalagem, armazéns refrigerados, construção de abatedouro para pequenos animais e com fiscalização, etc; precariedade/inexistência de estradas; falta de políticas agrícolas específicas que minimizem os riscos da grande maioria dos produtores familiares nas eventuais perdas diante das adversidades climáticas ou de mercado; de créditos com maior carência e mais baratos; e de créditos específicos para horticultura bem como de preços compensadores para os produtos regionais.

Nessa mesma direção, foram apontados entraves na área da pesquisa e extensão quanto à: carência de estudos por instituições públicas de pesquisa na área de comercialização e repasse do conhecimento sobre os diversos produtos da região; ausência de assistência técnica direta e constante e/ou falta de atenção dos técnicos envolvidos para com os agricultores familiares; desenvolvimento de estudos na área de sementes com qualidade, para a região; pesquisas sobre controle alternativo de pragas e doenças e agrotóxicos - nesse caso, quanto à carência no uso e especificidade para legumes, verduras e flores.

No diagnóstico participativo, além dos gargalos, também foram listadas possíveis soluções: criação/efetivação inclusive de políticas agrárias, pois o consenso dos grupos participantes é que não basta a utilização de insumos modernos, de créditos de financiamento, custeio ou de comercialização, sem que se dê garantia ao que os agricultores familiares têm de mais caro, que é a posse da terra; definição mais clara sobre o PRONAF-Crédito quanto às exigências bancárias e/ou criação de um fundo de aval alternativo;

implementação de um canal de informação regular e regional que forneça dados sobre mercados e preços de insumos e produtos, subsidiando-os na tomada de decisão e melhorando suas condições competitivas.

Adicionalmente, discutiu-se como solução o aproveitamento do potencial regional para exploração de agricultura orgânica - pela tradição com as atividades, principalmente as hortaliças; vocação; disponibilidade de mão-de-obra; proximidade de grandes centros consumidores e de estações experimentais especializadas; presença de organizações de agricultura orgânica - evidenciada pela percepção dos produtores preocupados com a própria saúde e de seus familiares, como decorrência do uso dos métodos convencionais de cultivo e com outros dois aspectos relevantes: o grau de conscientização com os problemas relativos ao meio ambiente e pela conquista de novos mercados. Como se sabe, cada vez mais os consumidores exigem qualidade nos alimentos e tecnologias limpas, tanto que esses agricultores manifestaram o desejo de estarem seguindo a atual tendência do mercado.

Por último, merece destaque a discussão final do diagnóstico participativo em cada um dos municípios selecionados do sudoeste paulista, na qual os agricultores familiares e os demais atores sociais mostraram-se envolvidos com o processo e estimulados a continuar o debate e a luta conjunta na busca de ações efetivas.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos problemas suscitados durante o processo participativo sobressaem aqueles relativos aos aspectos econômicos e políticos, como a necessidade da criação de um sistema de informação sobre comercialização, custo/benefício, crédito, de políticas públicas gerais, além das agrícolas e agrárias específicas para a região, especialmente para o grupo de agricultores familiares, por se sentirem excluídos das medidas sócio-econômicas adotadas pelos governos municipal, estadual e federal.

Para o desenvolvimento esperado do sudoeste do Estado de São Paulo, enfatiza-se a importância do papel da informação das mais diversas ordens, o que pode ser corroborado por estudos realizados por SCHNEIDER et al. (1990), indicando que as fontes de informação são relativamente mais restritas para os agricultores que

operam pequenas propriedades, pois as informações que fluem tanto na rede de comunicação de massa como interpessoal estão aquém do desejado e necessário para um adequado processo de tomada de decisão sobre produção e comercialização agrícola. Segundo o autor, a existência de um bom serviço de informação e apoio não é apenas um problema de difusão, mas, especialmente, de estrutura sócio-econômica, de redução das diferenças de poder entre ofertantes de informação sobre insumos e seus consumidores, entre compradores e produtores; sendo essencialmente uma questão de distribuição adequada e justa de oportunidades e alternativas.

Entre as reivindicações quanto à pesquisa se destacam a solução de problemas tecnológicos, porém voltados à geração de emprego; distribuição de renda e igualdade de oportunidades vinculadas à geração e transferência dos resultados, com destaque para a produção agrícola orgânica. Uma tarefa não tão fácil e simples como pode parecer, pois, para alterar os sistemas produtivos e alcançar uma agricultura orgânica, existe a necessidade de um período de transição com adequação da área a ser cultivada para a nova prática agrícola e de outros desafios, do ponto de vista técnico e científico, que a atividade impõe (CERVEIRA e CASTRO, 1999). Nesse sentido, são necessárias pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias específicas e operacionais para aumentar a produtividade das culturas em manejo orgânico.

Acrescente-se ainda que a pesquisa e a extensão precisam caminhar juntas, entendendo que o desenvolvimento rural não deve se dar

unicamente no plano agrícola, sendo necessário considerar a agropecuária e as atividades a ela relacionadas num contexto maior de atividades, que também são importantes para as comunidades rurais seja do ponto de vista econômico, seja do social (CAMPANHOLA e SILVA, 1999). Nesse contexto, ficaram evidenciadas as reivindicações da população rural por educação, saúde, habitação, creches e saneamento básico, bem aos moldes do setor urbano e justas quando se pretende a permanência do homem no campo e o desenvolvimento rural sustentado.

Embora muito dos pontos levantados para a região sudoeste e para a agricultura familiar já sejam conhecidos, o uso das técnicas participativas e do exercício da democracia enriquece o estudo, uma vez que traz à tona problemas candentes dos agricultores familiares e de sua região para um amplo debate, aumentando o compromisso das comunidades locais no que tange à realização e acompanhamento das ações propostas. Ainda com relação à metodologia, geralmente aplicada apenas a uma categoria de produtores ou a um determinado tipo de atividade, sua adequação ao estudo local vem se mostrando bastante útil e capaz de atingir o objetivo de propor um plano de sustentabilidade de emprego e renda regional.

As políticas públicas continuam mantendo seu papel estruturador e transformador do espaço social, mas, no contexto atual, devem estar lastreadas por iniciativas locais dos atores sócio-econômicos, inclusive dos produtores familiares, que potencializem o processo de desenvolvimento sustentado.

LITERATURA CITADA

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: AGUIAR, Danilo R. D.; PINHO, José B. (Eds.). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, PR, 1-5 ago. 1999. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. p.47-57.

CERVEIRA, Ricardo; CASTRO, Manoel C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n.12, p.7-20, dez. 1999.

EMBRAPA. **Balanco social**. Brasília, 1998. 150p.

FAO. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. (Projeto UTEF/BRA/036).

FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, dez. 1999. 66p. (Convênio INCRA/FAO). Mimeo.

Informações Econômicas, SP, v.30, n.10, out. 2000.

- FARRINGTON, J.; MARTIN, A. **Farmer participation in agricultural research: a review of concepts and practices.** London: Overseas Development Institute, 1993. (Occasional Paper, 9).
- FLORES, Murilo X.; MACÊDO, Manoel M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: AGUIAR, Danilo R. D.; PINHO, José B. (Eds.). CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu, PR, 1-5 ago. 1999. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. p.43-46.
- _____ et al. Pesquisa para agricultura auto-sustentável. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.29, n.1, p.1-21, jan./mar. 1991.
- GONÇALVES, José S.; SOUZA, Sueli A. M. Contribuição à análise regional: transformações da agricultura do sudoeste do estado de São Paulo, 1960-85. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.40, t.1, p.45-63, 1993.
- GTZ. **ZOOP: initiation aux éléments de la méthode.** Holland: Destsche Gesellschaft fur Tecniche Zusammenarbeit, 1987.
- MUZILLI, Osmar. **Diagnóstico rápido participativo (DRP).** Londrina, 1997. Mimeo.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. e. **Desenvolvimento regional, ocupação do espaço rural e o mercado de trabalho no sudoeste do estado de São Paulo.** São Paulo: USP/FFLCH, 1999. 340p. Tese de Doutorado.
- PINO, Francisco A.et al. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo.** São Paulo: IEA/CATI/SAA, 1997. 4v.
- RIBEIRO, Maria de F. et al. Métodos e técnicas de diagnóstico de sistema de produção. In: **ENFOQUE sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR.** Londrina: IAPAR, 1997. Cap.4, p.53-79.
- SCHNEIDER, Ivo A. et al. Produção e comercialização agrícola: fontes de informação e relevância. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.28, n.3, p.69-86, jul./set. 1990.

**EMPREGO E RENDA:
o processo participativo como instrumento
para o desenvolvimento regional**

RESUMO: O estudo contempla a identificação de problemas e soluções dos sistemas produtivos familiares e regionais do sudoeste do Estado de São Paulo, como estratégia de estímulo ao desenvolvimento sustentado. Visa subsidiar projetos voltados à agricultura de base familiar que possibilitem gerar emprego, renda, melhoria de vida e novas oportunidades na economia de mercado, consolidando seu papel no cenário regional e estadual. Utiliza como metodologia de trabalho o processo participativo com a comunidade, de modo a facilitar as decisões e propostas de ação de ordem pública e privada. O diagnóstico rural é elaborado junto com agricultores familiares e lideranças locais, utilizando-se de técnicas combinadas de Brain storm e Zoop. Como resultado são enumerados os principais problemas e as possíveis respostas que possam se transformar em soluções concretas para essa categoria de produtores.

Palavras-chave: emprego e renda, agricultura familiar, processo participativo, desenvolvimento regional.

**EMPLOYMENT AND INCOME:
the participatory process as a tool of regional development**

ABSTRACT: *The study contemplates the identification of problems and solutions in the regional and family farming systems in Southwestern São Paulo state as a strategy to foster sustainable development. It seeks to subsidize family-based agricultural projects that can facilitate the generation of employment, income, life improvement and new opportunities in the market economy, thus consolidating its role in the regional and state scene. The work methodology used was the participatory process with the community, in order to facilitate the decisions and proposals for action in the public and private sphere. The rural diagnosis is elaborated with the family farmers and the local leaderships by means of combined techniques of Brain storm and Zoop. Thus the current critical factors of the productive systems of family base and the important demands were identified. As result, the principal problems and a few suggestions that can become concrete solutions for that category of producers are enumerated*

Key-words: *employment and income, family agriculture, participatory process, regional development.*

Recebido em 09/08/2000. Liberado para publicação em 31/08/2000.